

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.493.541 - MG (2019/0127745-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : DANILO VITOR DA SILVA
ADVOGADO : TACIANA GOMES DA SILVA - MG135213
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por DANILO VITOR DA SILVA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim resumido:

APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE FURTO - INADMISSIBILIDADE - GRAVE AMEAÇA DEMONSTRADA PELA SIMULAÇÃO DO EMPREGO DE ARMA DE FOGO - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - INAPLICABILIDADE - REDUÇÃO DAS PENAS - DESCABIMENTO - RESTITUIÇÃO DA FIANÇA - IMPOSSIBILIDADE - NÃO INCIDÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 337 DO CPP - ISENÇÃO DE CUSTAS - INDEFERIMENTO - RECURSO DESPROVIDO. 1- Comprovadas nos autos a materialidade e a autoria do delito de roubo, diante das firmes e coerentes declarações prestadas pela vítima, as quais foram corroboradas pelas demais provas, incabível a absolvição por ausência de provas. 2- Restando devidamente comprovado nos autos o emprego de grave ameaça contra a pessoa para a subtração da res furtiva, característico do crime de roubo, fica descartado o pedido de desclassificação da conduta para o delito de furto. 2- A simulação da posse de arma de fogo é meio hábil a constituir grave ameaça capaz de caracterizar o delito de roubo, não se cogitando de desclassificação da conduta para o crime de furto. 3- Não se aplica o Princípio da Insignificância por não encontrar ele respaldo no direito penal pátrio. Ademais, mesmo para aqueles que entendem como aplicável, inviável a sua incidência no delito de roubo, classificado como complexo, protegendo outros bens além do patrimônio, de forma que a violência ou a grave ameaça não podem ser consideradas de menor relevância, configuradora do delito de bagatela. 4- Constatado que as penas foram aplicadas em perfeita consonância com os elementos extraídos dos autos e com os parâmetros elencados nos arts. 59 e 68 do Código Penal, sendo as penas-base devidamente fixadas nos mínimos legais e concretizadas nesse patamar, não há que se falar em sua redução. 5- Não se verificando, na espécie, a incidência das hipóteses previstas no art. 337 do CPP, incabível a restituição da fiança. Ademais, o valor pago a título de fiança destina-se ao pagamento

das custas, indenização do dano, prestação pecuniária e multa advindas da condenação do réu, sendo que, apenas na hipótese de remanescer alguma quantia, é que ela deverá ser devolvida ao acusado, nos termos do art. 347 do CPP, cujo quantum deverá ser apurado pelo Juízo da Execução, após liquidação dos valores devidos.

6- Incabível a análise do pedido de isenção das custas processuais, por se tratar de matéria afeta ao Juízo da Execução.

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 386, II e VII, do CPP, no que concerne à insuficiência probatória para a condenação, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Dessa forma, tendo em vista o fato não ter constituído infração penal e ainda, não havendo nos autos provas suficientes para sua condenação, não poderia ser imputado ao recorrente Danilo Vitor da Silva o delito previsto no art. 157, caput, do Código Penal, como o foi, motivo pelo qual deve ser ABSOLVIDO, nos termos do art. 386, incisos II e VII, do Código de Processo Penal. (fl. 316).

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem, ao examinar a matéria, fundamentou da seguinte maneira:

Inicialmente, verifica-se que não merece ser acolhido o pedido de absolvição do apelante por insuficiência de provas.

A materialidade delitiva encontra-se devidamente comprovada pelo Auto de Prisão em Flagrante de fls. 02106, Boletim de Ocorrência de fls. 08110, Auto de Apreensão de fls. 12/13, Termo de Restituição de fl. 14, bem como pela prova oral colhida; sendo indubitosa, da mesma forma, a sua autoria.

[...]

No entanto, em que pese a negativa de autoria sustentada pelo réu, observa-se que ela encontra-se isolada das demais provas colhidas nos autos, não passando de uma vã tentativa de se esquivar da imputação contida na denúncia.

[...]

Nesse contexto, considerando que, em ambas as oportunidades em que foi ouvida, a vítima foi categórica em narrar o roubo praticado pelo apelante, descrevendo, de forma pormenorizada, o ocorrido no dia dos fatos, cujas afirmações encontram-se em harmonia com o depoimento prestado pelos policiais militares responsáveis pela prisão em flagrante do acusado, encontrando-se isolada nos autos a negativa de autoria sustentada pelo réu, sobretudo porque vieram desacompanhadas de quaisquer elementos que pudessem comprová-la, imperiosa a manutenção da condenação firmada em primeira instância, por seus próprios fundamentos.

Da mesma forma, não há que se falar em absolvição por atipicidade

da conduta.

Conforme já me manifestei em outras oportunidades, além do Princípio da Insignificância se tratar de recurso interpretativo à margem da lei, não encontrando assento no Direito Penal Brasileiro, o delito de roubo é complexo, protegendo não apenas o patrimônio, mas também, a integridade pessoal.

Assim, ainda que a conduta do acusado não tenha gerado considerável prejuízo à vítima, subsiste a lesão ou risco de lesão à integridade física ou psíquica da pessoa, reclamando, invariavelmente, a intervenção e repressão estatal. fls. 270/273)

Assim, na espécie, analisar a alegação de insuficiência probatória para a condenação demanda, para tanto, o revolvimento do conjunto fático-probatório constante nos autos, o que atrai a incidência do óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no Resp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e Resp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente